

ESTUDO COMPARATIVO DE ACESSIBILIDADE ENTRE AS BIBLIOTECAS BRASILEIRA E PORTUGUESA

COSTA, L.M. ¹; SOUZA, C.H.M. ²;

1 Lorena Martins Costa, Bolsista (IFMG), Arquitetura e Urbanismo, IFMG Campus Santa Luzia, Santa Luzia - MG; lorena.hlav@gmail.com

2 Carolina Helena Miranda e Souza, Pesquisador do IFMG, Campus Santa Luzia; carolina.souza@ifmg.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de forma comparativa a acessibilidade entre as bibliotecas do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Santa Luzia, Brasil, e Instituto Politécnico da Guarda (IPG), em Guarda, Portugal. Para isso, foi desenvolvida uma investigação com foco nos acessos e nas circulações com o propósito de ressaltar os pontos comuns que permitem ou inibem a acessibilidade no ambiente interno e externo das bibliotecas. Este estudo se justifica pela necessidade da eliminação de barreiras e a promoção de ambientes que façam a inclusão de todas as pessoas, diretrizes defendidas pelo Brasil e por Portugal para a promoção de uma educação inclusiva. Foi realizado como método de pesquisa o levantamento das condições arquitetônicas de acessibilidade da Biblioteca Geral do IPG e as informações sobre a acessibilidade da Biblioteca do IFMG, disponibilizadas no Relatório de Acessibilidade do campus Santa Luzia em 2018. A Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050/2015 e o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto de 2006, Portugal, também serviram como base interpretativa para o desenvolvimento deste estudo. Além disso, as figuras e fotos favorecem a compreensão dos aspectos em análise. Em um primeiro momento, é possível observar que as duas bibliotecas possuem características arquitetônicas distintas como, por exemplo, o número de pavimentos e a relação com as demais edificações, sendo que a do IFMG depende da estrutura das demais edificações do campus, algo que não ocorre no IPG. Ao longo do estudo, são pontuados diversos aspectos contraditórios às normas, como o revestimento do piso, a presença de desníveis, irregularidade quanto às maçanetas, entre outros, que são problemas presentes em ambas às instituições. Por fim, é possível concluir que, apesar da distância geográfica entre os institutos, as questões de acessibilidade no ambiente das bibliotecas necessitam de ajustes para melhor inclusão e disseminação do conhecimento.

INTRODUÇÃO:

A Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, na cidade espanhola de Salamanca, resultou na Declaração de Salamanca, um avanço no que se trata de educação inclusiva. O encontro contou com a participação de 92 países e 25 organizações internacionais que firmaram o compromisso com a educação especial para crianças, jovens e adultos (UNESCO,1964). Esse comprometimento com a educação é apontado tanto pela Constituição Federal Brasileira, no Artigo 208, inciso III, quanto portuguesa, no Artigo 71, da Constituição da República Portuguesa (2005). O direito a acessibilidade, como menciona Freijó (2011), é o reflexo do direito constitucional da igualdade, assim, a educação como direito social, reflete a necessidade de ambientes educacionais acessíveis.

As unidades educacionais objetivam o desenvolvimento da educação, ciência e cultura e a formação do cidadão. Desta forma, os espaços inclusivos devem ser, segundo Duarte e Cohen (2004):

Capazes de fornecer à pessoa portadora de deficiência um sentimento de segurança, competência e liberdade com vistas a dirigir as suas ações, podendo estabelecer uma relação harmoniosa com o mundo exterior. Esta é uma questão intimamente relacionada com a concepção de qualidade de vida. (DUARTE e COHEN, 2004, p.6).

Entre os ambientes que compõem uma unidade educacional, as bibliotecas exercem papel fundamental na disseminação do conhecimento e na garantia do direito à educação, desde a composição de ambientes físicos, como também, a utilização de tecnologias que auxiliem no processo de aprendizagem (STROPARO e MOREIRA, 2016).

A presença de barreiras nos espaços construído “poderá estar acentuando a diferença de uma pessoa com deficiência, aumentando sua dificuldade e tornando-a incapaz de viver sua vida cotidiana”, (DUARTE e COHEN, 2004, p.6). Sendo assim, a inclusão em uma biblioteca, como ressalta Pela (2006):

Se dá quando sua porta se abre para receber todo o público sem qualquer distinção, mesmo que seja com necessidades diferentes dos demais, e consiga, interagindo, compreender suas necessidades e proporcionar um serviço diferente. (STROPARO e MOREIRA, 2016, p.216 apud PELA, 2006, p. 59).

Diante da relevância do tema para a sociedade, o estudo tem como objetivo a análise comparativa entre a acessibilidade da Biblioteca do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Santa Luzia, e a Biblioteca Geral do Instituto Politécnico da Guarda, em Portugal (IPG), de maneira a ressaltar pontos comuns que favoreçam ou dificultem o acesso e circulação nas bibliotecas.

METODOLOGIA:

Para o cumprimento do objetivo proposto, a metodologia consiste no estudo comparativo entre o levantamento das condições arquitetônicas referentes à acessibilidade da Biblioteca Geral do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), desenvolvido em relatório de pesquisa por COSTA et al. (2019), de maneira a contrapor com dados presentes no Relatório de Acessibilidade do campus Santa Luzia, desenvolvido no ano de 2018 (SOUZA et al., 2018). Tais comparações fundamentam-se na Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050/2015 e no Decreto Lei DL 163/2006, Portugal. Além disso, foram elaboradas figuras e fotos para melhor compreensão da análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em primeiro momento, destacam-se as diferenças relacionadas à componente arquitetônica presente nas duas instituições. O IFMG, campus Santa Luzia, é uma edificação projetada por João Filgueira Lima e já foi sede do CAIC¹ Londrina e a APAE² do Município. O imóvel foi doado ao IFMG em 2013, através da assinatura do

¹ Centro de Atenção Integral à Criança

² Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Termo de Imissão de Posse pelo Município. Posteriormente, a edificação contou com o acréscimo de um espaço destinado à biblioteca da instituição, sendo essa de um pavimento, com área destinada aos livros, mesas de estudo e administração, mas não possui instalação sanitária, depósito e sala de estudos.

Em situação oposta, a Biblioteca Geral do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), em Guarda, Portugal, é uma edificação da década de 1980, que possui dois pavimentos, áreas de leitura, administrativas, depósitos e instalações sanitárias.

Diante de tais características, a análise dos ambientes volta-se para os acessos e circulações, desde a componente externa à componente interna.

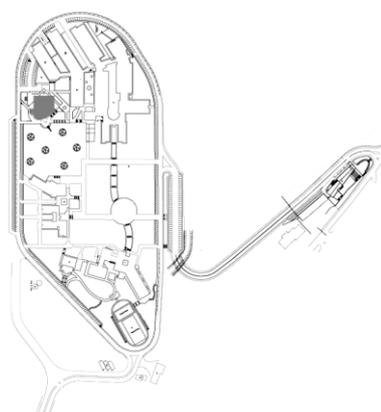
Abaixo, nas figuras 1 e 2, apresentam-se cada edificação analisada neste estudo.

Figura 1 - IFMG, campus Santa Luzia, localização da biblioteca



*Biblioteca destacada em cinza
Fonte: COSTA et al., 2019

Figura 2 - IPG, localização da biblioteca

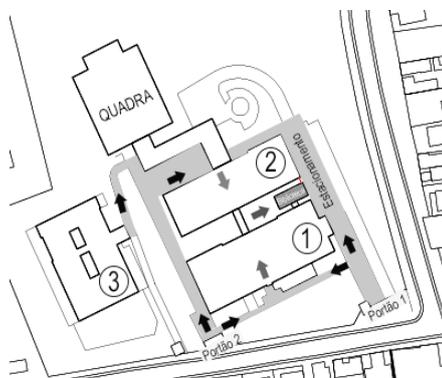


*Biblioteca destacada em cinza
Fonte: COSTA et al., 2019

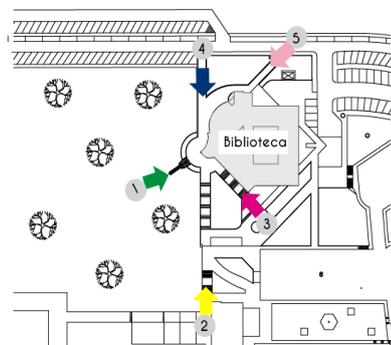
Para ter acesso à Biblioteca do IFMG, campus Santa Luzia, há quatro formas de acesso (Figura 3), já para o acesso à biblioteca do IPG, identifica-se cinco entradas possíveis (Figura 4).

Figura 3 - IFMG, campus Santa Luzia - Acesso à

Figura 4 - IPG - Acesso à Biblioteca



Fonte: COSTA et al., 2019



Fonte: COSTA et al., 2019

Os principais problemas relacionados à acessibilidade no IFMG encontram-se desde o acesso ao campus e se estendem pelos caminhos externos à edificação. É possível apontar pisos irregulares, instáveis, trepidantes, inclinações do piso divergente com os aspectos apontados pela NBR 9050 (2015), a falta de sinalização e também do piso tátil. Além disso, encontram-se escada com dimensão de piso e espelho irregular, a falta de corrimão e sinalização visual dos degraus, como também rampas com inclinações maiores que 8,33%. Em comparação ao IPG, podem-se apontar problemas semelhantes com relação à irregularidade do piso, revestimento, a falta de sinalização e corrimão nas escadas. São fatores que se repetem na maior parte dos trajetos e vão de encontro ao Decreto Lei 163/2006, que regulamenta os parâmetros da acessibilidade em Portugal.

A NBR 9050/2015, norma que regulamenta os espaços acessíveis no Brasil, a todo o momento faz referência à utilização de piso tátil, tanto em áreas internas como nas externas. Em comparação à DL 163/2006, norma portuguesa, o único momento em que exige a sinalização tátil no piso é para as “passagens de peões”³, caso haja obras de construção, reconstrução ou restauração. O IPG não se enquadra em um processo de obras, assim, não é necessária, pela norma, a utilização da sinalização tátil no piso.

³ Termo utilizado pela DL 163/2006 que corresponde a áreas destinadas para passagem de pedestres. Seção 1.6 da DL 163/2006 pontua os aspectos a serem considerados para uma passagem de pedestre acessível.

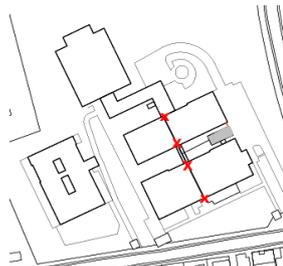
Outro ponto observado é a escada principal de acesso à Biblioteca do IPG. Apesar das dimensões de pisos e espelhos estarem conforme o decreto, não há corrimão, faixa antiderrapante e rampas junto às escadas. E isso se torna um fator limitante para os portadores de cadeira de rodas, pois o único meio de acesso à edificação será feito pelo acesso lateral próximo ao estacionamento, que possui distância de deslocamento maior que o acesso principal, dependendo da localização inicial da pessoa que deseja ir à Biblioteca.

Com relação ao estacionamento, há necessidade de espaços reservados para a parada de veículos para pessoas com mobilidade reduzida próximo à edificação de estudo. No IPG essa questão é mais evidente, pois há carência de vagas demarcadas no piso e sinalizações verticais identificando seu destino. Já no IFMG, há uma vaga reservada para pessoas com mobilidade condicionada, mas faltam vagas reservadas para idosos. É necessária a adequação da sinalização vertical e horizontal, além de ajuste no revestimento do piso, que não está conforme a norma.

Um ponto positivo que foi possível observar nas duas instituições é de que a vegetação não interfere na rota acessível à biblioteca, diretrizes exigidas em ambas às normas.

Em análise interna, como a biblioteca do IFMG depende da estrutura dos outros prédios, como, por exemplo, o banheiro, considerou-se todo o trajeto de acesso. Observa-se que os corredores das edificações, que traçam o caminho até a biblioteca, têm a largura conforme a norma, acesso livres de obstáculos permanentes, é possível a manobra em cadeira de rodas e o piso está adequado e não possui grelhas. No entanto, em tais circulações encontram-se desníveis (Figura 4) e a falta da sinalização tátil no piso, sendo esse um ponto desfavorável em todo o campus Santa Luzia.

Figura 4 - IFMG, campus Santa Luzia - Circulação interna direcionada à Biblioteca



x Locais que possuem desnível

Fonte: COSTA et al., 2019

Como a situação mencionada anteriormente não ocorre no IPG, assim a comparação tem início pela entrada ao ambiente. Percebe-se que um dos grandes problemas no IPG está relacionado às maçanetas ovais das portas, que dificultam a abertura por aqueles que possuem pouca mobilidade com as mãos. Tal fator não é identificado no IFMG, porém encontram-se na porta principal trilhos inferiores desnivelados, que possuem frestas maiores 15 mm, e também maçanetas que não são do tipo alavanca, o que dificulta o acesso.

Ambas as bibliotecas apresentam espaços de manobra e deslocamento em conformidade com as normas, somente alguns espaços exigem o deslocamento de algum mobiliário para a locomoção adequada. No que se refere ao revestimento do piso desses ambientes, o decreto português exige piso com acabamento estável, durável, firme, contínuo, com refletância não muito clara nem escura e com acabamento não polido. A maioria dos ambientes atende às exigências somente do acabamento não polido, que não é atendido na entrada, no hall, na área de revista e de leitura livre. Em comparação, a norma brasileira, usa o termo “piso não polido”, mas é necessário que este seja regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante. Nos cinco pontos mencionados, a Biblioteca do IFMG está em conformidade com a norma.

Ainda cabe observar a facilidade de acesso aos livros. Em ambas as bibliotecas, o acesso e às circulações próximas as estantes estão em conformidade com as normas. Somente uma pequena fração dos livros não se encontra em uma faixa de total acesso, fator que requer auxílio de outrem.

Ainda cabe evidenciar nessa análise o acesso aos banheiros, principalmente ao banheiro acessível. O IPG possui um único banheiro acessível, tanto para alunos quanto para colaboradores da biblioteca. O caminho que o interliga aos ambientes é acessível, pois a porta possui a largura necessária e a maçaneta está na altura correta. No entanto, alguns pontos encontrados em seu interior prejudicam, consideravelmente, a acessibilidade, como, por exemplo, a dimensão do banheiro, a zona de permanência e a maçaneta oval, dificultando a abertura da porta.

No IFMG, campus Santa Luzia, há somente dois banheiros acessíveis próximos à biblioteca, que podem ser encontrados na edificação 2, no primeiro e no segundo pavimento. Em uma situação hipotética, mas factível, de uma pessoa em mobilidade condicionada necessitar de ter acesso ao banheiro, estando no interior da biblioteca, as primeiras barreiras que encontra são a da porta e do desnível mencionado. Outro problema encontrado está no acesso ao banheiro, sendo a largura de passagem inferior à mínima exigida em norma.

Por fim, ainda é relevante pontuar que a Biblioteca do IFMG possui sinalização de instrução, informativa, direcional, localização, advertência e emergência, conforme a NBR 9050/2015. Já a unidade do IPG falha no quesito sinalização, que direciona os utentes para as entradas e saídas em percurso acessível, como indicação de estacionamento reservado, e também não há sinalização que indique que o caminho não é acessível, como apontado pela DL 163/2006.

CONCLUSÕES:

Apesar da distância geográfica entre as duas instituições, constatam-se diversos problemas que inibem pessoas com mobilidade reduzida a ter acesso aos ambientes. Apesar da norma de acessibilidade estar presente nos dois países, nas edificações analisadas, pontos como as características dos pisos, escadas, presença de desníveis, maçanetas, entre outros, não atendem às características apontadas pela NBR 9050/2015, no caso da biblioteca do IFMG, campus Santa Luzia, e DL 163/2006, referente à biblioteca do IPG. Conclui-se que os pontos

positivos com relação à acessibilidade das duas instituições precisam ser ressaltados e os pontos negativos necessitam de ajustes para que haja a promoção da educação inclusiva, como é defendido pelos dois países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIBLIOTECA GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. **Conhecer a Biblioteca. Guarda, Portugal.** Disponível em:

<https://www.bib.ipg.pt/pt/abiblioteca.aspx> Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 31 mar. 2018.

COSTA, L.M., GOMES, M.J.L, SOUZA, C.H.M. **Acessibilidade em instituições de ensino:** Comparação das ações em instituição brasileira e portuguesa. Relatório de Pesquisa apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), em cumprimento a exigência do programa de mobilidade acadêmica internacional – Internacionaliza IFMG. 2019.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta para Melhoria da Qualidade de Vida para Todos.** In: PROJETAR 2003. (Org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto.* Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173.

FREIJÓ, Alexandro Rahbani Aragão. **O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** Portal e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento, 25 março 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-direito-constitucional-da-acessibilidade-das-pessoas-portadoras-de-defici%C3%Aancia-ou-com-mob> Acesso em: 8 de jul. 2019.

IFMG. **Campus Santa Luzia.** Disponível em:

https://www.ifmg.edu.br/santaluzia/sobre_o_ifmg/o-campus-santa-luzia Acesso em: 6 jun. 2019

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa.** Assembleia da República, Lisboa, 2005. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf> Acesso em: 8 jul. 2019.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto de 2006.** Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio.

Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto> Acesso em: 06 jun. 2019.

SOUZA, C.H.M; PARK, J.A; COSTA, L.M.; CHAVES, L.S. **Condições de Acessibilidade nos Espaços e Ambientes do Campus de Santa Luzia.** Relatório de Pesquisa. Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - campus Santa Luzia. Santa Luzia (MG), 2018, 82 P

STROPARO, E.M; MOREIRA, L.C. **O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.** Educação. Santa Maria v. 41, n. 1, p. 209-222, jan./abr. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/index.php/reeducacao/article/view/17430> Acesso em: 6 jun. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-99930c1e-ef3f-4b3e-a39f-5a2283abb3ad> Acesso em: 6 jun. 2019.